

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA - TO
PROCURADOR JURÍDICO

Segunda Fase

Prova Discursiva e Prática
Grupo I**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. Verifique se este caderno contém SEIS questões, sendo CINCO discursivas e UMA prova prática, acompanhadas de espaço para rascunho.
2. Confira os dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata de Sala.
3. **Será permitido** a consulta à legislação, em meio impresso, desprovida de comentários, às súmulas administrativas e dos tribunais e aos enunciados e orientações jurisprudenciais (OJ'S) da Justiça do Trabalho, conforme item 9.1 do Edital.
4. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
5. Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova - e à transcrição dos textos para o caderno de respostas definitivas das provas Discursiva e Prática.
6. Assine à CANETA no espaço indicado.
7. Nenhuma folha deste caderno de prova poderá ser destacada.
8. A folha de resposta não deverá ser assinada, rubricada ou conter qualquer palavra ou marca que possa identificar o candidato, sob pena de anulação da prova, atribuindo-se nota zero.
9. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.
10. Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
11. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

ATENÇÃO: Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a realização da prova for flagrado: portando qualquer material de consulta não especificado como permitido no item 9.1 do Edital que rege este certame; portando (mesmo que desligados) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como, bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas de fogo ou branca (facas, canivetes e similares), ainda que possua porte de arma expedido por autoridade competente.

Nome: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS**CINCO HORAS****ATENÇÃO:** o candidato poderá levar consigo o CADERNO DE PROVA contendo o RASCUNHO DAS RESPOSTAS somente após às 12h45min.

PROVA DISCURSIVA - GRUPO I

QUESTÃO 01 (valor: 0 a 12 pontos)

O prefeito de “Imaginópolis” querendo melhorar o paisagismo do Município determinou a realização de um novo projeto para a cidade. De posse do projeto encomendado, o prefeito verificou todas as ações que viriam a ser realizadas, bem como as alterações propostas.

Entre as alterações previstas no projeto estão: a redução expressiva da praça central, praça essa que é o marco de fundação da cidade; a remoção da estátua do fundador da cidade para outro lugar; e a alteração do nome de todas as praças do Município.

Houve uma comoção social em sentido contrário a realização do projeto.

O prefeito com o firme propósito de executar o projeto, o (a) consulta como Procurador (a) do Município para saber se há alguma violação das normas administrativas à ação que busca realizar.

Nesta qualidade explique a possibilidade ou não da execução do projeto paisagístico à luz das disposições administrativas e constitucionais.

RESPOSTA QUESTÃO 01

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PROVA DISCURSIVA - GRUPO I

QUESTÃO 02 (valor: 0 a 12 pontos)

A Carta Constitucional de 1988 trouxe em seu escopo um novo tratamento jurídico à ordem política e econômica do Estado, onde há uma relação entre os indivíduos e os agentes do mercado para se alcançar o bem estar-social. A ordem jurídico-político-econômica determina um movimento infraconstitucional para a efetividade desta diretriz.

Neste sentido, faça uma abordagem sistêmica da ordem jurídica política econômica Brasileira a partir de sua fundamentação Constitucional e da forma de intervenção Estado no cenário econômico.

RESPOSTA QUESTÃO 02

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PROVA DISCURSIVA - GRUPO I

QUESTÃO 03 (valor: 0 a 12 pontos)

Sr. João Batista era servidor municipal aposentado de cargo efetivo, faleceu em 28 de março de 2014, recebia proventos no valor de R\$ 5.390,24 por mês. Sr. Osvaldo era servidor municipal de cargo efetivo, faleceu em 29 de março de 2014, recebia remuneração no valor de R\$ 5.390,24 por mês. Pergunta-se: Os dependentes do Sr. João Batista terão direito a um benefício de pensão por morte de qual valor ou porcentagem do referido provento? E os dependentes do Sr. Osvaldo terão direito a um benefício de pensão por morte de qual valor ou porcentagem dos referidos rendimentos?

RESPOSTA QUESTÃO 03

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PROVA DISCURSIVA - GRUPO I**QUESTÃO 04**
(valor: 0 a 12 pontos)

João Carlos pretende propor uma ação de indenização em face da Fazenda Pública do Município de Chamas do Cerrado. O despacho citatório do magistrado interrompe a contagem do prazo de prescrição da pretensão à indenização contra a Fazenda Pública Municipal. Pergunta-se: De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, quanto tempo faltaria para ocorrer a prescrição da pretensão, caso a ação de indenização seja proposta no primeiro ano da ocorrência do fato que deu origem à pretensão? E, caso seja proposta no quarto ano depois da ocorrência do fato que originou a pretensão, quanto tempo faltaria para a prescrição? Fundamente.

RESPOSTA QUESTÃO 04

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PROVA DISCURSIVA - GRUPO I**QUESTÃO 05**
(valor: 0 a 12 pontos)

Sr. Arnaldo de Lima faleceu em abril de 2010, em julho do mesmo ano o magistrado competente da comarca de Oceania do Tocantins instaurou o procedimento de herança jacente, por não se conhecer a existência de testamento ou herdeiros legítimos, nomeando curador para prática dos atos necessários. Em abril de 2012 foi declarada a vacância do patrimônio. Em novembro de 2012 o Sr. Adolfo de Lima toma conhecimento da existência do feito e deseja ingressar com pedido de habilitação como herdeiro, por ser irmão do falecido.

Pergunta-se:

a) Caso fique comprovado o parentesco do Sr. Adolfo, o mesmo terá direito a ficar com o patrimônio? Justifique.

b) caso a resposta da pergunta da letra “A” seja positiva, ou seja, considerando que o Sr. Adolfo tenha direito ao patrimônio, como deverá reclamar seus direitos? Caso a resposta da pergunta da letra “A” seja negativa, ou seja, considerando que o Sr. Adolfo não tenha direito ao patrimônio, em qual data finalizará a vacância, passando ao domínio do Município os bens arrecadados?

RESPOSTA QUESTÃO 05

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PROVA PRÁTICA - GRUPO I

QUESTÃO PRÁTICA (valor: 0 a 40 pontos)

O Município de Copacabana do Tocantins no ano de 2010 recebeu a título de dação em pagamento um imóvel urbano localizado na Avenida Frederico Brito, n.1049, que consiste em um lote de 900 metros quadrados, com uma edificação residencial de três pisos, já levantada e coberta, mas não finalizada em seu acabamento externo e interno. Na primeira quinzena do mês de novembro do ano de 2013, o referido imóvel foi invadido por 5 (cinco) famílias. A prefeitura tomando conhecimento do fato no início de dezembro de 2013, designou equipe composta por membros da Secretaria de Habitação e Urbanismo e da Procuradoria Municipal para negociar, com os ocupantes, a sua saída do local. Após 3 (três) meses de reuniões e visitas, as negociações restaram infrutíferas.

Como Procurador(a) do Município ajuíze a ação cabível para a retirada dos ocupantes do mencionado imóvel.

RESPOSTA QUESTÃO PRÁTICA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	

76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	